



A pátria não calçou chuteiras

Joana Salém Vasconcelos

*“O pior do eco
é dizer as mesmas
barbaridades”.*
M. Benedetti

1. As manifestações de massas desencadeadas em junho de 2013 a partir da luta pela revogação do aumento das tarifas do transporte público se espalharam por mais de 130 cidades e surpreenderam o Brasil. Vários esforços de compreensão do momento estão sendo feitos. Alguns deles, particularmente favoráveis ao governo federal, prontificaram-se, no calor da hora, a enquadrar as revoltas brasileiras em uma moldura conservadora. Porém, vimos sair às ruas sentimentos diversos e uma miríade de bandeiras. Enquanto muitos defendiam a inversão de prioridades no uso do orçamento público para garantia da cidadania, outros reivindicaram, por exemplo, a redução da maioria penal.
2. A despeito destas contradições, dois problemas nacionais se mostraram predominantemente sensíveis à crítica das ruas. Primeiro, a deplorável qualidade dos serviços públicos e seu contraste com a suntuosidade das obras padrão FIFA. Segundo, o próprio regime político brasileiro, seus símbolos e representantes, identificados com práticas corruptas e com o parasitismo dos interesses privados no comando das instituições públicas. Ainda assim, predominou uma indefinição ideológica.

3. Ao revogar o aumento das tarifas, a onda de protestos recuperou a confiança dos brasileiros na participação popular. Prevaleceu a necessidade social contra a “inviabilidade técnica”. Surge então um novo sentido de legitimidade para as mobilizações de rua, e uma inversão política contra os postulados da tecnocracia. Desta vez, ao contrário das décadas de 1980 e 1990, os manifestantes encontram o PT do outro lado do balcão, junto aos demais partidos que administram o poder.
4. Com suas particularidades, o Brasil ingressou na corrente quente das mobilizações multitudinárias desencadeadas desde 2011 pelo mundo. Nas suas inúmeras contradições, os protestos do último período miram ao menos um alvo em comum: a falência da representatividade dos sistemas políticos capitalistas. Com isso, a política transbordou dos estreitos corredores dos Estados, abrindo novas possibilidades de mudanças estruturais.
5. Na última década, a gestão petista do capitalismo brasileiro combinou ortodoxia econômica com um conjunto de políticas assistenciais de relativo impacto, amalgamados na retórica do “crescimento com inclusão social”. Em tempos de turbulência econômica mundial, o Brasil se converteu em uma espécie de modelo de estabilidade. O crescimento econômico fortaleceu a plutocracia, tanto quanto incluiu as classes mais pauperizadas no circuito do consumo, especialmente através de programas de transferência de renda. Esta capacidade conciliadora fez com que os líderes alinhados ao bloco governista contassem com o apoio dos super-ricos e dos mais pobres. Aparentemente, a maioria dos sujeitos presentes nas manifestações era composta por jovens que não fazem parte de nenhum dos extremos da sociedade. Ainda assim, não podemos desconsiderar os significativos protestos que se disseminaram pelas periferias urbanas, territórios “não televisionados” onde se concentra o verdadeiro sofrimento social.
6. A recente melhoria do nível de vida da população brasileira possui duas características marcantes:
 - a) O crescimento econômico que a viabilizou esteve alicerçado em um contexto internacional favorável, alavancado pelas exportações para a China e pelo alto preço das *commodities*. Além disso, a valorização do câmbio aumentou a sensação de riqueza da população. Estes fatores são altamente vulneráveis às flutuações do mercado mundial e condicionam a provisoriedade de tais melhorias.

- b) Ocorreu pela via do consumo individual, oxigenado por ousadas políticas de concessão de crédito, e na contramão dos direitos coletivos. Não há exemplo mais evidente do que o próprio estopim dos protestos: enquanto o transporte coletivo se deteriora e encarece, o governo federal prolonga a redução do IPI para aquisição de automóveis individuais. Ao mesmo tempo, apesar dos reajustes dos últimos anos, o salário mínimo nominal alcançou somente 23% do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE (junho/2013). Em 2012, o programa Bolsa-Família correspondeu a somente 0,01% do orçamento executado da União. A extrema timidez das políticas de redistribuição de riqueza do governo sequer arranha a estrutura de segregação social, e o Brasil é o 4º país mais desigual do mundo (segundo o ranking da ONU).
7. Com o acirramento destas contradições, o crescimento via exportação de *commodities* e consumo individual alcançou um limite. A péssima qualidade dos serviços públicos e a elevação do custo de vida se tornaram o elo fraco dos governos tucanos e petistas. Simultaneamente, a monumentalidade das obras da Copa, os despejos compulsórios de famílias, os gastos públicos com estádios que beneficiarão somente seus gestores privados, e até mesmo o preço proibitivo dos ingressos, tornam ainda mais visível o fosso existente entre as prioridades dos governos e as necessidades da população. Nas ruas, a luta pela ampliação de direitos coletivos se articulou à crítica das instituições democráticas e ao *modus operandi* da política no país.
8. A crise de credibilidade das instituições afeta todas as formas de representação política, à esquerda e à direita: palácios de governo, casas legislativas, partidos e sindicatos. Foi notável a pequenez das manifestações convocadas por todas as oito centrais sindicais do país no dia 11 de julho, se comparadas aos protestos horizontais de junho. No espectro conservador, isso fez com que os maiores veículos de comunicação do país, com destaque para os controlados pelas famílias Marinho, Mesquita, Frias e Civita, assumissem a “vanguarda do retrocesso”, com amplos poderes de manipulação da opinião pública. Do dia para a noite, deram giros de 180° na sua linha editorial sobre os protestos e passaram a disputá-los diretamente, enxergando a possibilidade de desgastar a popularidade da presidenta. Portavozes de um elitismo atroz, buscam identificar os protestos com sua propaganda moralista.

9. Não devemos subestimar a direita brasileira: ela se organizou ostensivamente para se aproximar da massa que tomava as ruas no Brasil. O sentimento anti-partidário, que usualmente se apresenta como “apolítico”, foi aproveitado por neonazistas para legitimar a violência. Além disso, partidos como PPS, DEM e PSDB encontraram espaço para vocalizar a palavra de ordem “Fora Dilma”. Porém não podemos esquecer que os manifestantes denunciaram importantes problemas estruturais da sociedade brasileira, historicamente combatidos por setores organizados da esquerda. A direita nunca esteve interessada na radicalização da democracia, na ampliação do investimento público em educação e saúde, e, muito menos, no combate à truculência militar. A força destas reivindicações estreitam as possibilidades de uma “alternativa conservadora” como fruto direto das ruas, sem, obviamente, eliminar as manipulações que foram e serão executadas.
10. O ódio contra partidos é um fenômeno complexo, que envolve duas dimensões:
- a) Por um lado, os principais partidos brasileiros corroboram com a conversão de toda prática institucional à lógica do “pemedebismo”, como identificou o filósofo Marcos Nobre. Com raras exceções, os partidos naturalizaram o clientelismo, as negociações espúrias e um sistema de vetos mútuos entre as bancadas parlamentares, esvaziando toda polarização programática. Um consenso conservador aperfeiçoa a “blindagem do sistema político contra a sociedade” (Nobre, 2013, p. 5). O PMDB, no centro do poder desde 1985, figura como símbolo da falência democrática brasileira. Convertido ao pemedebismo, o PT se transformou em um eficiente administrador dos interesses das frações da classe dominante que se valem das instituições públicas para garantir seus interesses. A crise da democracia brasileira se acentua na medida em que as pessoas tomam consciência da blindagem do sistema e da necessidade histórica de transformá-lo. Por isso, há uma dimensão positiva da crítica aos partidos, que identifica problemas estruturais do regime político.
 - b) Por outro lado, existe o sentimento de que “política” se tornou sinônimo de corrupção e mesquinha e, por conseguinte, não poderia ser “político” o caminho das mudanças. Neste sentido, o ódio aos partidos se alimenta do enfraquecimento das organizações coletivas e do acirramento do individualismo radical. O problema

foi sintetizado por Marilena Chauí com a noção de “pensamento mágico”. Para muitos manifestantes, os protestos podem permanecer “sem passado, sem futuro e sem saldo organizativo”, indiferenciados de qualquer outro “evento” convocado nas redes sociais, intermediados pela “ideia de satisfação imediata do desejo” e marcados pela efetiva ausência do “controle técnico e econômico do instrumento que usam” (Chauí, 2013, p. 3). Potencializado pelo pensamento mágico, esse individualismo concorre com as possibilidades de organização coletiva. Neste aspecto, o ódio às organizações em geral pode impor limites ao movimento e abrir brechas para que setores autoritários assumam a dianteira do processo. Quanto menor o saldo organizativo das manifestações, maiores as chances de serem engolfadas pela própria lógica pemedebista à qual se opõem.

11. Levantar bandeiras brasileiras, cantar o hino nacional e lutar contra a corrupção não é a mesma coisa que ser “manipulado pela direita”. Muitos brasileiros simplesmente não encontram qualquer identidade coletiva ou ideológica a não ser a identidade nacional. O “orgulho de ser brasileiro”, neste caso, aflorou com as vitórias das ruas. Pela primeira vez em décadas, a exaltação da identidade nacional nada tem a ver com o ufanismo motivado pela seleção brasileira de futebol: ao contrário, se expressou do lado de fora dos estádios, e sob bombas de gás lacrimogêneo.
12. A direita tradicional discursa como se o PT tivesse inventado a corrupção no país. Mas sua cínica “cruzada moralista” não pode dar resposta verdadeira aos anseios dos protestos. A corrupção das instituições democráticas brasileiras é sistêmica, conforma uma via alternativa de acumulação de riqueza e já faz parte dos padrões de lucratividade de diversas frações da burguesia brasileira. Todos os partidos convertidos ao pemedebismo, que estão no poder exclusivamente com vistas a reproduzir sua presença no poder, praticam desvios. Diante das propostas do Executivo, a direita critica tanto o plebiscito como recurso de consulta popular, quanto a própria *reforma política*, alegando que a corrupção seria fruto da ação de indivíduos mal-intencionados, e não um componente estrutural do regime. Essa postura pode reduzir sua margem de disputa hegemônica desse momento. Neste sentido, o moralismo da direita brasileira precisa ser desmascarado por um programa de reforma política que radicalize a democracia.

13. Do outro lado, a presidenta anunciou um “grande pacto por mudanças”, e propôs aos governadores e aos prefeitos cinco eixos de ação: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação. Contudo, é precisamente a lei de responsabilidade fiscal um dos principais mecanismos de ajuste orçamentário que inviabiliza a ampliação do investimento nos demais setores! O governo pemedebista do PT não pretende alterar as linhas mestras da política econômica, entre elas, o sacrossanto superávit primário. Segundo a Auditoria Cidadã, em 2012, o gasto com juros e amortizações da dívida pública alcançou 43,9% do orçamento da União, enquanto os setores de saúde, educação e transporte *somados* atingiram somente 8,2%. Nenhuma ampliação substantiva de investimento nestes setores foi anunciada para dar conta dos desafios. As palavras, despidas de medidas concretas capazes de dirimir precariedades estruturais, servem apenas à antecipação da campanha eleitoral.
14. Além disso, em resposta aos protestos, no dia 2 de julho, o governo entregou ao Congresso Nacional uma proposta de plebiscito sobre reforma eleitoral que abordava cinco temas: o financiamento de campanha; o voto distrital ou proporcional para os legislativos; o fim da suplência no Senado; o fim das coligações partidárias; e o fim do voto secreto no Congresso. Misturou, com um ecletismo de conveniências, temas estratégicos para a radicalização democrática (financiamento público de campanha), com propostas que quase eliminam a relevância dos programas partidários e aprofundam o fisiologismo sistêmico (voto distrital). O Congresso, instituição pemedebista por origem, detém os poderes burocráticos para definir os procedimentos e o conteúdo de qualquer reforma. Em 5 de julho postergou a possibilidade de uma consulta popular para 2014. Quanto maior o silêncio das ruas, mais fácil será para Executivo e Legislativo contemporizarem a crise, perpetuando a blindagem que lhes favorece.
15. A histeria da direita parlamentar contra o plebiscito e a eclética reforma eleitoral proposta pelo governo federal obscureceram outra demanda não atendida: a inversão de prioridades no uso do orçamento público. Os alardeados recursos dos royalties do Pré-Sal para educação, como calculou o professor Otaviano Helene (ex-presidente do INEP) segundo projeções superestimadas, alcançariam 0,15% do PIB nos anos iniciais e no máximo 0,25% do PIB após 20 anos de exploração petrolífera. Para piorar, os recursos à educação estariam atrelados às flutuações do mercado financeiro internacional, como prevê a Lei

12.351, condicionados às privatizações das reservas, como prevê a Lei 9.478, e não necessariamente investidos em educação *pública*, palavra que não consta no Plano Nacional de Educação elaborado pelo governo federal. Como se isso já fosse muito, o Senado se apressou a reduzir pela metade tal destinação, subtraindo 170 bilhões de reais dos recursos aprovados pela Câmara para saúde e educação.

16. Sem as mudanças exigidas, a insatisfação seguirá presente. Ainda é incerto por qual via este sentimento se expressará. A possibilidade destes movimentos se desenvolverem como lutas por direitos coletivos e democráticos é considerável, mas é impossível prever seus caminhos e sua magnitude. Se a indignação das ruas fosse canalizada com propostas de radicalização democrática (financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, frequência da consulta plebiscitária, vinculação dos salários dos políticos ao salário mínimo, etc.) ou para a disputa dos destinos do orçamento público (10% do PIB para educação e outros 10% para saúde), atravessaríamos a volta da polarização programática real da sociedade. Nesta disputa, confrontariam-se as forças que defendem a radicalização democrática e aquelas que querem preservar a blindagem do sistema político para garantir seus privilégios. Evitar que o buraco negro do pemedebismo capture a energia das ruas exige a participação decidida da esquerda nesta experiência contraditória.

Bibliografia e sites

Auditoria Cidadã da Dívida - <http://www.auditoriacidada.org.br/>

CHAUI, Marilena, *As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo*. Revista Teoria e Debate, Ed. 113, 27/06/2013. www.teoriaedebate.org.br

DIEESE - <http://www.dieese.org.br/>

HELENE, Otaviano, *Os recursos do Pré-Sal para a educação*. São Paulo: Correio da Cidadania, 29/05/2013. <http://www.correiodacidade.com.br/>

_____. *Ainda sobre os recursos do Pré-Sal para a educação*. São Paulo: Correio da Cidadania, 28/06/2013.

GERBAUDO, Paolo, *Objetivo de manifestações é nova forma de democracia*. Entrevista à Folha de São Paulo, 08/07/2013. <http://www1.folha.uol.com.br/>

KLIASS, Paulo, *Mais razões para outro PIB fraquinho em 2013*. São Paulo: Carta Maior, 11/07/2013. <http://www.cartamaior.com.br/>

NOBRE, Marcos, *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *O fim da polarização*. São Paulo: Revista Piauí, Dez./ 2010. <http://revistapiaui.estadao.com.br/>